

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.577.045 - MG (2016/0003755-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE** : BV FINANCEIRA SA CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO  
**ADVOGADOS** : GIULIO ALVARENGA REALE - MG065628  
LIND LILLIAN DE OLIVEIRA LOPES E OUTRO(S) - MG134483  
**RECORRIDO** : RENATO COSTA DA SILVA  
**ADVOGADO** : JOSÉ JAMILSON DA SILVA E OUTRO(S) - MG065493

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - CASSAÇÃO DA SENTENÇA NA AÇÃO REVISIONAL CONEXA, POR VÍCIO CITRA PETITA - CASSAÇÃO CONSEQUENTE DA SENTENÇA DE BUSCA E APREENSÃO - NECESSIDADE - JULGAMENTO SIMULTÂNEO EXIGÍVEL.

- As ações de busca e apreensão e revisional de contrato são conexas, conforme entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça.

- Tratando de ações conexas, a cassação da sentença na ação revisional, por vício *citra petita*, tem como consequência a cassação da sentença na busca e apreensão, para oportuno julgamento simultâneo, necessário para se evitar decisões conflitantes.

- Preliminar acolhida. Sentença cassada, de ofício.

A parte recorrente sustenta que não pode prevalecer o acórdão que, de ofício, anulou a sentença de procedência da ação de busca e apreensão, pois não há conexão entre este processo e a ação revisional ajuizada pelo devedor.

Com razão o recorrente, pois é reiterada a jurisprudência desta Corte segundo a qual o ajuizamento de ação revisional não impede o trâmite da ação de busca e apreensão, não havendo de falar em conexão entre os dois processos. Dentre muitos, confira-se o seguinte julgado:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO E AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. CONEXÃO. INEXISTÊNCIA.

MORA DO DEVEDOR CONFIGURADA. INCABÍVEL A MANUTENÇÃO DE POSSE DO BEM. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL. ENTREGUE NO DOMICÍLIO DO DEVEDOR. DISPENSADA A NOTIFICAÇÃO PESSOAL.

1. A ação de revisão contratual não impede a tramitação de ação de busca e apreensão. Precedentes.

2. Para a constituição em mora, é desnecessária a notificação pessoal do devedor, bastando que seja feita via cartório e no endereço declinado no contrato, o que ocorreu no caso dos autos.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 883712/MS Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 23/03/2017)

Assim, o processo deve retornar à Corte de origem para o julgamento da apelação, superado o tema da conexão entre os feitos.

Em face do exposto, conheço do recurso especial e a ele dou provimento, nos termos acima.

Intimem-se.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI, Relatora